
A dominação masculina em *O Conto da Aia*¹

Michele da Costa SOUZA²

Michelly Santos de CARVALHO³

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Resumo

Os corpos femininos são objeto de controle e de modificações constantes nas sociedades. Mesmo em democracias, a todo momento o regresso bate à porta e ameaça a permanência e a consolidação dos direitos femininos já conquistados. Esse é o cenário apresentado pela obra *O Conto da Aia* (ATWOOD, 2017), publicado em 1985. Neste trabalho temos como objetivo compreender as relações entre a realidade e a ficção *atwoodiana*. Para nos auxiliar nisso, utilizamos as noções da Socioantropologia do corpo (FOUCAULT, 2019; 2020; BOURDIEU, 2020; LE BRETON, 2012), que o compreendem como um constructo moldado a partir de diversos agentes. Verificamos que *Gilead* atua sobre os corpos femininos por meio do discurso, da violência física e simbólica e da vigilância constante. A ficção serve como ponto de referência para compreendermos a fragilidade dos direitos femininos diante de um Estado teocrático.

Palavras-chave: Androcentrismo; Dominação; Corpo; *O Conto da Aia*.

Introdução

Nos últimos anos, o mundo tem passado por uma ascensão do pensamento conservador. Brasil e EUA são exemplos devido às últimas eleições para presidentes. Tanto lá como aqui temos visto regressos no quesito Direitos Humanos e sociais, crises nas instituições do Estado, desconfiança na ciência e no jornalismo e o crescimento na intolerância e na violência. Parece um cenário de ficção de uma obra distópica, mas é a realidade.

Com a retomada do pensamento conservador aos locais de governança e os retrocessos que isso tem provocado nas liberdades e nos direitos básicos, percebemos que há um diálogo entre a ficção *O Conto da Aia*, da escritora canadense Margaret Atwood, e a realidade. Publicado em 1985, a obra apresenta os Estados Unidos da

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolsista CAPES. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo (UFMA). Mestranda em Comunicação no PPGCOM/UFMA, e-mail: michelesouzaufma@gmail.com.

³ Doutora em Sociologia da Comunicação pela Universidade do Minho/ UFRJ. Professora adjunta do Curso de Jornalismo da UFMA, e-mail: michelly.carvalho@ufma.br.

América em um estado caótico, pós-golpe estatal, que passa por diversas crises: civil, econômica, climática e de natalidade. O cenário é perfeito para que uma teocracia assuma o poder e instaure um modelo de governo. A *República de Gilead* é a colônia modelo do regime fictício e assume o papel de Estado Soberano⁴, controlando os sujeitos por meio de diversos mecanismos, como: violência, disciplina e vigilância, típicos das sociedades totalitárias.

A obra possui uma narrativa em primeira pessoa e tem como personagem principal uma mulher. Essa que faz parte da colônia modelo, sem escolha, desempenhando um dos papéis mais importantes: o de reprodução. As Aias (servas) são mulheres que ainda possuem a capacidade reprodutiva, “mão de obra” necessária e que influencia na economia não apenas da colônia modelo, mas no restante do país fictício de Atwood. As ações políticas, sociais e econômicas em *Gilead* são guiadas pelo imaginário religioso cristão, principalmente no que refere ao trecho bíblico de Gênesis 30: 1-3:

Vendo, pois, Raquel que não dava filhos a Jacob, teve Raquel inveja da sua irmã, e disse a Jacob: Dá-me filhos, ou senão eu morro. Então se acendeu a ira de Jacob contra Raquel e disse: Estou eu no lugar de Deus, que te impediu o fruto de teu ventre? E ela lhe disse: Eis aqui a minha serva, Bilha; Entra nela para que tenha filhos sobre os meus joelhos, e eu, assim, receba filhos por ela (ATWOOD, 2017, p. 5).

A ficção evoca um medo que - embora publicado há mais de trinta anos -, ainda existe e está aí: a perda da liberdade, que faz parte do imaginário do risco que assola os cidadãos de países com democracias tão jovens. Mas esse medo não infere sobre o homem como se aplica na *persona* da mulher. O Conto da Aia nos apresenta isso: as justificativas para se instaurar a colônia de *Gilead* e aplicar o regime autoritário tem o corpo do sujeito mulher como objeto de controle e de vigilância constante. Diante disso, existiriam, então, relações entre a ficção e a realidade? De que forma?

Neste trabalho recorreremos às noções da Socioantropologia do corpo (FOUCAULT, 2019; 2020; BOURDIEU, 2020; LE BRETON, 2012) para analisar os dispositivos que atuam nele e o tornam uma espécie de construto simbólico. A partir das relações estabelecidas entre as formas de poder sobre os corpos femininos e a narrativa *atwoodiana*, temos como objetivo demonstrar as semelhanças entre ficção e realidade.

⁴ Nas palavras de Achille Mbembe (2018, p. 05), “ser Soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. Tomamos emprestado o termo criado pelo autor camaronês onde fala mais especificamente sobre a violência colonial.

Antes de apresentarmos a metodologia da pesquisa, é necessário discutirmos as noções que a fundamentam.

A Socioantropologia do corpo e o papel do androcentrismo

Durante muito tempo, o corpo foi tratado como “pertence” da natureza e todas as suas relações eram tratadas como naturais à ela. Isto é, se nascemos macho ou fêmea, logo, devemos ser homens e mulheres, héteros com traços femininos e masculinos (SOUZA, 2020). Na medida em que o pensamento moderno foi sendo incorporado, o olhar sobre o corpo limitou-se e valorizou a razão acima de tudo, ignorando tudo que envolvesse o sentido carnal da humanidade.

A razão retirou o corpo de cena e cedeu espaço para uma visão puritana e mística da corporeidade. Como pontua Foucault (2019; 2020), as implicações impostas pelo Regime Vitoriano, nos séculos XVIII e XIX, deixaram “marcas” que modificaram a relação sujeito-sexo. Sendo o sexo algo relacionado ao corpo, ambos foram trazidos para o campo da imoralidade, da impureza. Não se falava sobre sexo, não se falava sobre o corpo. Surgem, então, as instituições disciplinares com o objetivo de controlar a linguagem, o discurso, o comportamento, as relações: escola, igreja e conventos (FOUCAULT, 2019; 2020). Tudo isso para que o corpo caísse em esquecimento.

A Socioantropologia do corpo vem tentando romper com essa visão naturalista e essencialista da corporeidade (BOURDIEU, 2020; LE BRETON, 2012; FOUCAULT, 2019; 2020). Nessa perspectiva, ele seria, então, um construto social, histórico e cultural. Portanto, existem diversos “agentes” capazes de atuar e modelar o corpo para que ele seja inserido em uma determinada sociedade (SOUZA, 2020).

O corpo é o primeiro utensílio. É por meio dele que partilhamos as coisas e expressamos as relações objetivas e subjetivas da humanidade. Como afirma Le Breton (2012, p. 07), todas “as ações que tecem a trama da vida quotidiana, das mais fúteis ou das menos concretas até aquelas que ocorrem na cena pública, envolvem a mediação da corporeidade” porque existir é corpo (Idem).

Na obra “A dominação masculina”, Bourdieu (2020) faz uma comparação entre a sociedade Cabília e as estruturas simbólicas das sociedades contemporâneas. Todas as ordens que movem o sistema de dominação e fabricação dos corpos são referenciadas

pelo que o autor chama de “a força da ordem sexual” ou “o androcentrismo”⁵ (BOURDIEU, 2020). Na lógica androcêntrica, o espaço familiar é um local importante para se pensar a dominação dos corpos. É onde os ritos de iniciação à vida civilizada acontecem; onde o ser aprende as normas sociais de comportamento (normatividade). É também na infância que a *persona* recebe seu papel; aquele que ela deverá interpretar de acordo com seu gênero: “a menina deve se vestir como ‘uma menina’, da mesma forma o menino; a menina deve falar como ‘uma menina’, etc” (SOUZA, 2020, p. 33).

Como Bourdieu aponta, a ordem androcêntrica faz-se presente em diversos ambientes. No seio familiar é onde ocorrem as primeiras disciplinas; o trabalho e a função que cada sujeito desempenha será determinado pelo fator sexual e a organização familiar é espelhada para o âmbito público, ao ponto de determinar os “espaços femininos” e os “espaços masculinos”. De acordo com o autor,

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2020, p. 24).

Na mesma obra, o sociólogo francês aborda outro aspecto do androcentrismo: a violência simbólica. O controle espacial, a determinação da função social e a disciplina são formas de violência contra os corpos dos sujeitos femininos e a criação de espaços destinados (instituições sociais) a garantir essa violência, acabam por naturalizar uma violação que não tem nada de natural. As instituições a que o autor se refere, além da família, são a igreja e a escola. Elas atuam como expansão do seio familiar. Nota-se uma proximidade entre disciplina, controle e moralidade, já pontuada por Foucault.

Ainda nesse campo de discussão, Bourdieu fala sobre a questão do “bem simbólico”. Ele usa o termo para caracterizar tudo que um homem pode adquirir como pertence, no sentido de propriedade. O “bem simbólico” influencia na aquisição de capital, apesar de ocupar o sentido moral na maioria das vezes. O casamento com uma

⁵ Modelo de sociedade que opõe feminino e masculino e tem o homem como superior e ponto de referência na organização social.

mulher, por exemplo, proporciona ao homem um *status* que a figura feminina nunca vai conquistar. Portanto, a *persona* feminina é tão propriedade quanto um móvel, um carro, uma casa, etc, de um homem (BOURDIEU, 2020). E, “sendo a mulher um ‘bem’ do homem, este terá o sentimento de posse e dominação dela, como também de seu corpo” (SOUZA, 2020, p. 34).

Essa é a lógica utilizada nas demais instituições que fazem parte da sociedade, que naturaliza a condição hierárquica entre a fêmea e o macho, potencializando a violência simbólica contra o gênero feminino.

A força da ordem sexual na ficção distópica

O Conto da Aia se diferencia das demais narrativas distópicas por trazer o olhar feminino diante da possibilidade da perda dos direitos políticos. Assim como em outras distopias, a história narra um Estado fictício que defende a busca pela igualdade como justificativa da tomada de poder e execução de certas medidas de controle. *Gilead* possui esse discurso, mas utiliza-se da religião como uma das justificativas para violar os corpos e garantir a permanência do sistema.

Na colônia apresentada por Atwood, os valores que prevalecem não são tão novos. A política do Estado é baseada na crença puritana que as crises que o país passa são consequências das ações (pecados) femininas. Instaurando-se como verdade, essa premissa faz com que o corpo da mulher seja propriedade desse Estado. As normas *gileadianas* também atuam sobre o sujeito masculino, mas o corpo da mulher é o principal objeto em que todas as formas de controle atuam.

Para se manter operante, *Gilead* criou mecanismos de dominação, domesticação e controle dos sujeitos e de suas subjetividades. Assim como a Cabília de Bourdieu, a *República* possui seu próprio mito fundador que faz com que as formas de opressão sejam justificáveis. O trecho Gênesis 30: 1-3, citado anteriormente, organiza não só a hierarquia, os espaços e o pensamento *gileadiano*, mas, também, um dos principais rituais dessa sociedade: a Cerimônia: o ato de fecundação das servas que a única forma de estupro permitida⁶ na *República*.

⁶ Vale destacar que “permitido” aqui está num sentido de norma instituída na sociedade fictícia. Na segunda obra da autora, publicada em 2020, Os Testamentos, que dá continuidade à história, existem casos omissos de estupro além do rito de fecundação.

Gênesis 30: 1-3 atua como um dispositivo de controle do discurso e do comportamento social, sendo um exemplo do que a autora pontuou quanto às "raízes puritanas". Sendo a religião uma espécie de "guia" que fundamenta a ideologia do Estado, os princípios bíblicos se tornaram leis. A aplicabilidade dessas normas são justificadas de acordo com o pensamento naturalista religioso, que condena qualquer variação do "padrão natural do ser".

Essa visão se expande para outros espaços na narrativa. As nomenclaturas dos ritos, dos atores, dos símbolos da sociedade, os locais, o diálogo entre as pessoas; são fundamentados a partir desse olhar, bem como: os Salvamentos de Mulheres e Homens, o Dia do Nascimento, o Testemunho, o Centro Raquel e Lea, A Casa de Jezabel, Escritos da Alma, Pães e Mel, Pão Nosso de Cada Dia, Toda a Carne, os Anjos, Os Olhos de Deus, os Guardiões, etc (ATWOOD, 2017).

Apesar de pregar a igualdade entre os cidadãos e o apreço pela vida, *Gilead* pode ser definida como um Estado Soberano (MBEMBE, 2018) porque se utiliza da necropolítica. Isto é, detém o poder sobre a vida e a morte dos sujeitos, o que acaba sendo paradoxal já que a vida não é um valor intocável no contexto fictício. Ainda nesse sentido, os suplícios também funcionam como um dispositivo de controle. A ostentação da tortura (FOUCAULT, 2020) se apresenta como um necroritual (SOUZA, 2020) de julgamento e de punição nomeado como "Salvamentos". Além do espetáculo da morte, criaram-se lugares que funcionam como expositores dos corpos castigados. O Muro é um deles e o trecho a seguir faz referência a ele.

(...) Deve ter havido um Salvamento de Homens hoje cedo pela manhã. Não ouvi os sinos. Talvez tenha acabado por me acostumar a eles. Nós paramos, juntas como atendendo a um sinal e olhamos para os corpos. Não faz mal se olharmos. Espera-se que olhemos: é para isso que estão lá, pendurados no Muro. Às vezes ficam lá expostos por dias a fio, até chegar um novo lote, de modo que o maior número possível de pessoas tenha a possibilidade de vê-los (ATWOOD, 2017, p. 44).

O necroritual ordena-se da mesma forma que Foucault (2020) descreveu sobre as sociedades tidas disciplinares. Os Salvamentos reproduzem o crime/pecado de "forma simbólica para que a Lei seja vista na tortura como a consequência do erro" (SOUZA, 2020, p. 2020). Para garantir a operabilidade desse dispositivo, *Gilead* nomeia seus agentes e os designa para a execução das normas: Tias, Guardiões e os Olhos de Deus são os sujeitos responsáveis pela aplicação da disciplina na *República*.

Além da violência física, outros métodos são utilizados com a finalidade de exercer poder sobre os sujeitos. Espaços como o Centro Raquel e Lea foram criados a fim de disciplinar os corpos das Aias, as mulheres servas reprodutoras. Nesse local ocorre violência física e também simbólica. É onde as servas aprendem a como se comportar dentro das residências dos Comandantes⁷ (espaço privado) e nas demais imediações da Colônia (espaço público). Nota-se uma semelhança na noção de Bourdieu que apresentamos anteriormente. O Centro Raquel e Lea tem o mesmo papel da escola: de capacitar e educar o sujeito para que o mesmo seja inserido no ambiente social. Nesse caso, o Centro possui a função de domesticar unicamente o sujeito Aia.

Além da questão disciplinar, a dietética se faz presente; mas o cuidado com o corpo da Aia tem o interior como foco - principalmente os órgãos de reprodução. Assim, os castigos e punições são praticados em áreas externas do corpo. No fim, a preocupação de *Gilead* é paradoxal e dialética: é preciso que a subjetividade do ser (Aia) seja controlada, que ele cuide de si, mas tudo isso serve para que seu corpo se torne de fato um objeto de controle do Estado.

Mais um exemplo de violência simbólica em *Gilead* é a nomenclatura dada às Aias. Toda mulher designada a exercer o papel de serva recebe como marca o prefixo “Of”, que significa “de”. O “nome” da personagem principal é “*Offred*”: a junção do prefixo com o primeiro nome do Comandante a que ela presta seus serviços de procriação. Logo, retirou-se seu nome de batismo e ela passou a se chamar “de Fred”. Essa é uma cristalização da noção de “bem simbólico” (BOURDIEU, 2020) e demonstra o poder que o homem detém sobre o corpo da mulher *gileadiana*.

Para que todos esses métodos de controle sejam eficazes, a vigilância se faz necessária. Assim como em outras distopias (1984 e Admirável mundo novo, por exemplo), não basta que o sujeito perceba a vigilância, ele também deve sentir-se constantemente vigiado. Em *Gilead*, os Olhos de Deus funcionam como essa instituição. Eles surgem ora como sujeitos, ora como um sistema e agência de vigilância e são simbolizados com a imagem de um olho alado.

Ao presenciar a prisão de um homem durante um passeio nas imediações da Colônia, *Offred* descreve a atuação do dispositivo da seguinte forma:

⁷ Homens da classe alta que possuem cargos de comando na Colônia.

Alguma coisa está acontecendo: há uma comoção, um alvoroço em meio aos cardumes de carros. Alguns estão virando para o lado e encostando junto ao meio-fio, como se para sair do caminho. Levanto o olhar rapidamente: é uma caminhonete preta, com um olho alado branco do lado. (...) Congelo, o frio percorre meu corpo inteiro, descendo até os pés. Deveria haver microfones afinal, eles nos ouviram no final das contas. Mas não posso deixar de ver. Bem na nossa frente a caminhonete para. Dois Olhos, de ternos cinza, saltam pelas portas duplas que se abrem na traseira. Agarram um homem que vem andando paralelamente, um homem com uma maleta, um homem de aparência comum, atiram-no com violência de costas contra a lateral preta da caminhonete. Ele fica ali por um momento, de braços e pernas abertos, estendido contra o metal como se estivesse colado nele (...) Acabou-se, em segundos, e o tráfego na rua recomeça com se nada tivesse acontecido. O que sinto é alívio. Não fui eu (ATWOOD, 2017, p. 203- 204).

Nota-se o uso do discurso religioso e a utilização da linguagem para construir uma sensação de vigilância onipresente e onisciente nos sujeitos. A falta de empatia e a indiferença com a situação que a personagem descreve após o ocorrido, resulta do processo de individualização que esses dispositivos discorrem sobre as subjetividades das *personas*. Este é um sintoma que acaba por invalidar a subversão ao sistema e torna os sujeitos passivos e submissos.

Considerações finais

Nesta pesquisa, buscamos compreender como a autora trabalha as formas de poder e de controle dos corpos femininos, para se pensar os impactos do pensamento androcêntrico ao ocupar às instâncias do Estado e atuar diretamente sobre os sujeitos femininos. Embora a religião seja uma das justificativas que *Gilead* usa para inferir sobre o ser mulher, ela não é a ordem que rege essa sociedade fictícia. Percebemos que todos esses métodos se apoiam em uma visão de mundo: o androcentrismo. A organização da colônia tem o homem como ponto de referência e coloca não só as Aias, mas, também, todas as outras mulheres como objetos passíveis da dominação masculina.

As ambiências dos séculos XVII, XVIII e XIX não se distanciam do imaginário do século XXI. É possível perceber elementos dessa estrutura do pensamento androcêntrico nas sociedades tidas contemporâneas, por mais modernas e progressistas que sejam. Trazer narrativas como essa para o centro do debate público contribui para que as políticas públicas voltadas às mulheres sejam constantemente defendidas e

garantidas. Notamos ainda que O Conto da Aia evoca esse debate e o fato dessa obra impactar nos dias de hoje demonstra a sua importância.

Referências

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017. 366 p.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. “Using thematic analysis in psychology”. *Qualitative Research in Psychology*. Disponível em: <https://cutt.ly/Edet7na>. Acesso em: 17 de jul. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2019. 175 p.

_____. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2020.

LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

MBEMBE, Achille. **NECROPOLÍTICA: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SOUZA, Michele da Costa. Mecanismos de dominação do corpo feminino na obra “O Conto da Aia”. 2020, 62 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) - Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2020.